

PROCESSO: SMA nº 1338/08
INTERESSADO: Sociedade Empresarial Campos Elíseos Participação Empreendimentos e Administração Ltda. e ABO Agricultura Ltda.
MUNICÍPIO: Piracicaba
ASSUNTO: Análise do Estudo de Impacto Ambiental – EIA e respectivo Relatório de Impacto Ambiental - RIMA das Obras de Implantação da Central de Gerenciamento de Resíduos – CGR Oásis
DATA: 07.10.10

1. INTRODUÇÃO

Trata-se da súmula do Parecer Técnico nº 125/10/TACR, elaborado pelo Setor de Avaliação de Sistemas de Tratamento de Resíduos – TACR, do Departamento de Avaliação de Impacto Ambiental – TA, com a colaboração de outras equipes técnicas desta Companhia, para subsidiar a análise da viabilidade do empreendimento acima referenciado.

Segundo o EIA, o projeto apresentado visa à implantação da Central de Gerenciamento de Resíduos – CGR Oásis, destinada apenas a resíduos gerados no município de Piracicaba, que contará com um aterro para resíduos domiciliares com co-disposição de resíduos Industriais Classes IIA e IIB, de acordo com a Norma Brasileira NBR 10004/2004 – Resíduos Sólidos – Classificação, e uma unidade de recebimento, triagem e beneficiamento de resíduos da construção civil.

2. DESCRIÇÃO DO EMPREENDIMENTO

A gleba destinada à implantação do empreendimento, com 480.000 m², situa-se na zona rural do município de Piracicaba, na denominada Fazenda Matão s/nº, margem direita da Rodovia Estadual Deputado Laércio Corte, SP 147, km 132, no sentido Piracicaba-Limeira.

O aterro ocupará uma área de 245.440 m² (cerca de 51% da área total do empreendimento). Receberá 500 t/dia de resíduos, com desenvolvimento previsto em 8 etapas. A altura total do maciço será de aproximadamente 35 m, a partir da cota natural do terreno, sendo a cota final da obra prevista em 578 m. Sua capacidade volumétrica será de 3.766.700 m³ e a vida útil é estimada em 20 anos. O projeto proposto prevê todos os sistemas de proteção e controles ambientais para este tipo de atividade, tais como: drenagens de águas pluviais, sistemas de impermeabilização de base, sistema de drenagem de líquidos percolados (na base e entre as camadas), com adequado tratamento e destinação final destes líquidos, drenagem de gases e cobertura diária dos resíduos com solo argiloso compactado.

A unidade de recebimento, triagem e beneficiamento de resíduos da construção civil ocupará uma área de 12.500 m² (cerca de 2,6 % da área total do empreendimento) e terá capacidade de recepção, processamento e estocagem de aproximadamente 150 m³/dia. Após o processamento, os materiais resultantes serão comercializados ou utilizados na própria área do CGR.

Para projeto prevê ainda sistema de isolamento com cerca e barreira vegetal, vigilância permanente, instalações de apoio e vias internas de acesso. Conforme descrito no EIA são, ainda, previstos: Programa de Recomposição Vegetal; Plano de Comunicação Social; Programa de Educação Ambiental; Plano de Monitoramento da Qualidade das Águas Superficiais e Subterrâneas; Plano de Manutenção de Máquinas e Equipamentos; Plano de Contingência e Emergência; Plano de Controle Ambiental do Canteiro de Obras; Plano de Monitoramento da Emissão de Gases; Plano de Monitoramento Geotécnico do Maciço; Plano de Manejo da Fauna Local; Programa de Prospecção e Resgate do Patrimônio Arqueológico.

3. AVALIAÇÃO DOS IMPACTOS AMBIENTAIS E MEDIDAS MITIGADORAS

Os principais potenciais impactos negativos ao meio ambiente, decorrentes das fases de planejamento, instalação, operação e encerramento do empreendimento, bem como, as principais medidas mitigadoras e/ou compensatórias propostas pelo empreendedor e as sugeridas no Parecer 125/10/TACR são apresentados a seguir:

3.1 Fase de planejamento

Foram apresentados os documentos relativos ao exame técnico e Certidão de Uso do Solo do Município, conforme artigos 5º e 10º da resolução CONAMA nº 237/97, indicando que a Prefeitura delega ao Estado o licenciamento e não se opõe à implantação do empreendimento na área proposta.

Nesta fase, a divulgação das informações sobre o empreendimento deve ser adequadamente realizada, de forma a esclarecer devidamente a população da área de influência, quanto a geração de empregos e eventuais incômodos decorrentes das atividades a serem desenvolvidas. Para mitigação desse impacto deverão ser implementados os Programas de Comunicação e Participação Social e de Educação Ambiental, previstos pelo empreendedor.

3.2 Fase de instalação

Para a implantação do empreendimento não está prevista a supressão de vegetação nativa e nem intervenção em Área de Preservação Permanente - APP, uma vez que a área é hoje ocupada por cultivo de cana-de-açúcar, com recuo em relação à APP do Rio Piracicaba e de uma nascente, lá existente e sua respectiva drenagem. No entanto, o empreendedor deverá, entre outras, comprovar averbação da Reserva Legal.

Não estão previstas desapropriações imobiliárias, uma vez que a área de implantação da CGR Oásis é de propriedade do empreendedor.

As prospecções arqueológicas realizadas na propriedade revelaram a presença de dois sítios arqueológicos denominados Brunelli e Silvello, além de 4 áreas de ocorrência arqueológica (três ocorrências líticas e uma cerâmica). O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN emitiu o Parecer Técnico nº 284/09, no qual informa ser possível a execução da obra, desde que elaborado e desenvolvido um Programa de Prospecção e Resgate Arqueológico.

3.3 Fase de instalação/operação

Dentre as obras de implantação do empreendimento é prevista escavação, com geração de cerca de 850.550 m³ de solo, dos quais 831.700 m³ serão utilizados no próprio empreendimento. O solo excedente deverá ser adequadamente disposto. Para mitigar os possíveis processos de dinâmica superficial decorrentes da movimentação de solos, o empreendedor deverá implementar um Programa de Controle de Erosão e Assoreamento, além de um Programa de Controle Ambiental das Obras, a serem detalhados na fase de solicitação da Licença Ambiental de Instalação.

Com a implantação da CGR Oásis não são esperadas interferências em Unidades de Conservação – UCs, uma vez que a sua Área Diretamente Afetada - ADA não está inserida nas mesmas e nem em suas zonas de amortecimento.

Não são esperados incômodos à fauna local, uma vez que as espécies encontradas em campo são em sua maioria sinantrópicas e as obras propostas não implicarão em supressão de vegetação nativa. No entanto, o empreendedor deverá dar início ao Programa de Monitoramento da Fauna, antes da execução das obras.

O acesso ao empreendimento será feito pela Rodovia SP – 147 e não são esperadas interferências significativas na infra-estrutura viária da região de sua influência, uma vez que o incremento de veículos nesta via, quando do recebimento de resíduos no local atingir seu limite máximo, que será da ordem de 80 viagens/dia, não é considerado expressivo para a capacidade da referida via.

Para mitigar eventuais incômodos à população, como ruído, poeira e riscos de acidentes, o empreendedor deverá implementar os seguintes programas previstos no EIA, os quais deverão ser detalhados por ocasião da solicitação da Licença Ambiental de Instalação - LI da CGR Oasis: Programa de Minimização de Incômodos à População e Riscos de Acidentes e de Manutenção de Máquinas e Equipamentos.

3.4 Fase de operação

Quanto ao potencial de contaminação do solo, águas superficiais e subterrâneas, visando mitigar estes impactos, na fase da LI o empreendedor deverá apresentar o detalhamento dos sistemas de impermeabilização, drenagem das águas pluviais, drenagem dos gases, drenagem de líquidos percolados, bem como seu armazenamento, tratamento e destinação final, incluindo a implementação de um Programa de Monitoramento da Qualidade das Águas Superficiais e Subterrâneas.

Quanto à qualidade do ar, o empreendedor propõe a implementação de um Plano de Monitoramento de Emissão de Gases, a ser detalhado na fase da Licença Ambiental de Instalação

Além disso, o empreendedor deverá apresentar o detalhamento de todos os elementos constituintes dos sistemas de proteção geotécnica e ambiental e suas localizações em planta. Foi proposta a instalação de instrumentos para acompanhamento do desempenho do maciço, no âmbito de um Programa de Monitoramento Geotécnico do Aterro.

Durante a operação do empreendimento poderão ocorrer eventuais episódios de exalação de odores decorrentes do processo de decomposição da matéria orgânica presente nos resíduos. Para mitigar esse possível impacto, foi solicitado ao empreendedor a implementação de um Programa de Controle e Minimização de Odores.

A atração e proliferação de animais sinantrópicos, em virtude da presença de matéria orgânica no aterro, não deverão causar riscos à saúde pública, uma vez que a operação adequada do aterro, aliada à adoção de todas as medidas de proteção ambiental preconizadas no EIA e a implementação de um Programa de Controle de Reservatórios e Vetores de Doenças, a ser apresentado pelo empreendedor na fase da LI, minimizarão esse potencial impacto.

Não são esperadas interferências na segurança aeroportuária, uma vez que no seu Parecer nº 621/ATM/735, o Primeiro Centro Integrado de Defesa Aérea e Controle de Tráfego Aéreo do Ministério da Defesa concluiu que o empreendimento não implicará em qualquer tipo de restrição à circulação aérea do aeródromo de Piracicaba.

3.5 Fase de encerramento

Quando do encerramento das atividades do Aterro, poderão ocorrer alguns impactos ambientais negativos, tais como: processos erosivos, instabilidades no maciço, odores, alteração da paisagem, dentre outros. O empreendedor apresentou uma proposta de encerramento, a qual deverá ser detalhada em um Plano de Desativação, antes do término das atividades no local.

4. COMPENSAÇÃO AMBIENTAL

Foi apresentado no EIA um Programa de Compensação Ambiental, no qual o empreendedor propõe a aplicação de recursos financeiros nas seguintes Unidades de Conservação – UCs: Estação Experimental de Tupi/Horto Florestal; Parque da Rua do Porto e Área de Proteção Ambiental - APA Juqueri-Mirim. No entanto, tal proposta será submetida à apreciação da Câmara de Compensação



Ambiental – CCA para a definição da aplicação dos recursos.

5. CONCLUSÃO

Face ao exposto, entende-se que o empreendimento é ambientalmente viável, desde que sejam implementadas as medidas propostas no EIA e atendidas as exigências técnicas definidas no Parecer Técnico 125/10/TACR. Nestes termos, o TA submete ao CONSEMA a presente súmula, para verificação do interesse em apreciar a viabilidade ambiental das Obras de Implantação da Central de Gerenciamento de Resíduos Oásis, no município de Piracicaba, de responsabilidade da Sociedade Empresarial Campos Elíseos Participação Empreendimentos e Administração Ltda. e ABO Agricultura Ltda.

Maria Silvia Romitelli
Gerente do Departamento de Avaliação de Impacto Ambiental – TA
RG 4755/9 CREA 062252/D